

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.615.379 - RS (2019/0333055-9)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
AGRAVADO : JOSE SILVANO MULLER
ADVOGADOS : JOÃO DANIEL ALFLEN - RS019903
ADRIANO MARCELO RAMBO - RS053219
THIAGO BERWIG - RS097779
LUÍZA STOFFEL - RS097674
Natercia Daniela Alflen - RS108825

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COBRANÇA. DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. OCORRÊNCIA. NULIDADE DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

JOSÉ SILVANO MÜLLER (JOSÉ) propôs ação contra BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS (BRASIL VEÍCULOS), visando ao recebimento de indenização securitária, em decorrência do furto de seu veículo, considerando o contrato de seguro firmado entre as partes.

O Juízo de primeira instância julgou improcedente o pedido. Em razão da sucumbência, JOSÉ foi condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios do patrono da parte adversa fixados em 10% sobre o valor atribuído à causa (e-STJ, fls. 154/160).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deu parcial provimento ao recurso de apelação de JOSÉ, com a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEGURO DE VEÍCULO. AGRAVAMENTO DO RISCO NÃO DEMONSTRADO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA.

1) Trata-se de ação de cobrança de indenização securitária

decorrente de contrato de seguro de veículo cumulada com pedido de indenização por danos morais, julgada improcedente na origem.

2) O segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato (artigo 768 do CC), ou caso fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influenciar na aceitação da proposta ou na taxa do prêmio (artigo 766 do CC). Contudo, as declarações imprecisas e omissas devem ser realizadas de má-fé pelo segurado. Em ambas as circunstâncias o ônus da prova é da seguradora, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil.

3) No caso telado, há discussão a respeito da existência do agravamento do risco de furto ao veículo por parte do proprietário do bem, ora autor, ao deixá-lo, segundo o boletim de ocorrência de fls. 29/30, estacionado no pátio da empresa com as portas destravadas e as chaves na ignição.

4) Com efeito, para que a seguradora, ora apelada, restasse isenta do pagamento do seguro, a má-fé ou dolo da parte segurada deveria ter sido cabalmente demonstrada, o que não se verificou na hipótese telada. Isto porque, é imprescindível a intenção do segurado, não bastando mera negligência ou imprudência deste. Assim, não restou comprovado o agravamento intencional do risco contratado, ônus que incumbia à parte ré, nos termos do artigo 333, II, do CPC, é devida a indenização securitária.

5) Contudo, na hipótese dos autos, apesar de imprudente, a conduta do segurado ao deixar o veículo estacionado em frente a sua residência, destrancado e com a chave na ignição, não é suficiente para configurar o agravamento intencional do risco e afastar o direito à indenização securitária. Ressalta-se que o veículo do segurado estava dentro do pátio de seu estabelecimento comercial - Madereira Muller, por volta das 16hrs, em plena luz do dia, na cidade pacata do interior-município de Victor Graeff, sendo comum nessa localidade as pessoas deixarem seus veículos estacionados com as chaves na ignição, jamais podendo imaginar que seu veículo poderia ser furtado dentro do pátio de seu estabelecimento comercial. No boletim de ocorrência consta que o veículo era utilizado pelos demais familiares que lá trabalham, por isso estava com a chave na ignição.

6) Ora, conforme relatado na petição inicial o autor deixou o veículo com a chave na ignição por esquecimento, sem qualquer intenção de agravar o risco ou propiciar o furto do bem. Aliás, conforme já mencionado era ônus da ré comprovar a má-fé no agir do segurado, na forma do art. 373, II, do CPC e art. 6º, VIII, do CDC, do qual não se desincumbiu.

7) Não se desconhece que conforme o Manual do Segurado, trazido aos autos pela seguradora, há cláusula expressa prevendo as hipóteses em que o segurado perde o direito relativo ao seguro

de automóvel contratado, encontrando-se inserido neste rol a situação em que o sinistro ocorrer devido à culpa grave ou dolo do segurado ou quando este contribuir, por ação ou omissão, para o agravamento do risco (cláusula 30 item 1, alínea a). No entanto, tais circunstâncias não estaram comprovadas no caso em comento.

8) O descumprimento contratual não é o bastante para caracterizar prejuízo indenizável, porque a frustração contratual, por si só, não gera dano moral. Em que pese a parte autora tenha sido diligente e tenha encontrado muitas dificuldades para obtenção do pagamento da indenização, constatação realizada a partir da prova carreada aos autos, data venia, não enseja suficiência probante para condenação em danos morais, uma vez que tal fato apenas gravitou na órbita do dissabor natural e contemporâneo com a época em que vivemos, sem maiores repercussões, quer no sentimento pessoal, sem humilhação exagerada, um sofrimento extraordinário ou mesmo no campo do padecimento moral ou pessoal.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA (e-STJ, fls. 197/199).

Os embargos de declaração opostos por BRASIL VEÍCULOS foram rejeitados (e-STJ, fls. 236/244).

Irresignada, BRASIL VEÍCULOS interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 248/302), com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 757, 760, 768, 786, 884 do CC, 1.022 do NCPC, 126 do CTB, ao sustentar **(1)** a necessidade de retorno dos autos ao Tribunal para que lá sejam analisadas as teses levantadas nos embargos de declaração que opôs, a saber: *a*) contradição ao não confirmar o agravamento do risco ocorrido; *e*, *b*) omissão, por não ter sido ressaltada a necessidade de transferência do salvado à seguradora, livre e desembaraçado de qualquer ônus, para o pagamento da quantia referente à perda total do veículo; **(2)** que não se mostra possível indenizar quando há o agravamento do risco, como no presente caso em que a parte autora deixou o veículo estacionado com as portas abertas e a chave na ignição; **(3)** que para o pagamento de indenização, faz-se necessária a transferência do salvado à seguradora, livre e desembaraçado de qualquer ônus; *e*, **(4)** divergência jurisprudencial.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 329/353).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul inadmitiu o apelo nobre diante da **(1)** ausência de violação do art. 1.022 do NCPC; **(2)** falta de prequestionamento dos arts. 760, 786, 884 do CC, 126 do CTB; *e*, **(3)** incidência das Súmulas nºs 5 e 7, ambas desta Corte, quanto aos demais dispositivos tidos por violados,

tanto para a alínea *a* quanto para a alínea *c* (e-STJ, fls. 355/367).

Nas razões do agravo em recurso especial, BRASIL VEÍCULOS aduziu que (1) houve afronta ao art. 1.022 do NCPC; (2) não se aplicam, ao caso, as Súmulas nºs 5, 7 e 211 do STJ; e, (3) houve ofensa aos demais dispositivos infraconstitucionais apontados (e-STJ, fls. 371/410).

A contraminuta ao agravo em recurso especial foi apresentada (e-STJ, fls. 414/444).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A irresignação comporta acolhimento em parte, no que se refere à ofensa ao art. 1.022 do NCPC.

Isso porque, BRASIL VEÍCULOS opôs embargos de declaração, a fim de que a Corte Estadual se manifestasse sobre: a) contradição ao não confirmar o agravamento do risco ocorrido; e, b) omissão, por não ter sido ressaltada a necessidade de transferência do salvado à seguradora, livre e desembaraçado de qualquer ônus, para o pagamento da quantia referente à perda total do veículo (e-STJ, fls. 289/300).

No que se refere ao item *a*, não assiste razão à parte recorrente, na medida em que o Tribunal Gaúcho, soberano na análise do conteúdo fático-probatório, concluiu que BRASIL VEÍCULOS não comprovou o agravamento do risco contratado, sendo, portanto, devido o pagamento da indenização securitária, como se pode observar dos trechos extraídos do acórdão impugnado, a seguir transcritos:

No caso telado, há discussão a respeito da existência do agravamento do risco de furto ao veículo por parte do proprietário do bem, ora autor, ao deixá-lo, segundo o boletim de ocorrência de fls. 29/30, estacionado no pátio da empresa com as portas destravadas e as chaves na ignição. Com efeito, para que a seguradora, ora apelada, restasse isenta do pagamento do seguro, a má-fé ou dolo da parte segurada deveria ter sido cabalmente demonstrada, o que não se verificou na hipótese telada. Isto

porque, é imprescindível a intenção do segurado, não bastando mera negligência ou imprudência deste. Assim, não restou comprovado o agravamento intencional do risco contratado, ônus que incumbia à parte ré, nos termos do artigo 333, II, do CPC, é devida a indenização securitária. Contudo, na hipótese dos autos, apesar de imprudente, a conduta do segurado ao deixar o veículo estacionado em frente a sua residência, destrancado e com a chave na ignição, não é suficiente para configurar o agravamento intencional do risco e afastar o direito à indenização securitária. Ressalta-se que o veículo do segurado estava dentro do pátio de seu estabelecimento comercial - Madereira Muller, por volta das 16hrs, em plena luz do dia, na cidade pacata do interior - município de Victor Graeff, sendo comum nessa localidade as pessoas deixarem seus veículos estacionados com as chaves na ignição, jamais podendo imaginar que seu veículo poderia ser furtado dentro do pátio de seu estabelecimento comercial. No boletim de ocorrência consta que o veículo era utilizado pelos demais familiares que lá trabalham, por isso estava com a chave na ignição. Ora, conforme relatado na petição inicial o autor deixou o veículo com a chave na ignição por esquecimento, sem qualquer intenção de agravar o risco ou propiciar o furto do bem. Aliás, conforme já mencionado era ônus da ré comprovar a má-fé no agir do segurado, na forma do art. 373, II, do CPC e art. 6º, VIII, do CDC, do qual não se desincumbiu. Não se desconhece que conforme o Manual do Segurado, trazido aos autos pela seguradora, há cláusula expressa prevendo as hipóteses em que o segurado perde o direito relativo ao seguro de automóvel contratado, encontrando-se inserido neste rol a situação em que o sinistro ocorrer devido à culpa grave ou dolo do segurado ou quando este contribuir, por ação ou omissão, para o agravamento do risco (cláusula 30 item 1, alínea a). No entanto, tais circunstâncias não estavam comprovadas no caso em comento. Assim, considerando que a seguradora não comprovou o agravamento intencional do risco contratado, é devido o pagamento da indenização securitária (e-STJ, fls. 207/208)

Por outro lado, o Tribunal Gaúcho não se manifestou sobre a omissão suscitada no item *b*.

Ressalte-se que incumbe ao Tribunal local se manifestar sobre as matérias necessárias ao deslinde da controvérsia e que tenham sido a ele submetidas, sob pena de negativa da prestação jurisdicional.

Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

PROCESSO CIVIL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO SANADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO.

1. Os embargos de declaração, de regra, não autorizam a reapreciação do quanto decidido, porém nada impede que, constatada a existência de omissão, o seu suprimento implique modificação no resultado do julgamento. Precedentes.

2. Constatada a existência de omissão não sanada no acórdão proferido pelo Tribunal Estadual, a despeito da interposição de embargos de declaração, é de rigor o reconhecimento de violação do art. 535 do CPC, por negativa de prestação jurisdicional, com a determinação de retorno dos autos à origem para que se realize novo julgamento.

3. Recurso especial provido.

(REsp 1.091.966/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 8/2/2011, DJe 14/2/2011 - sem destaques no original).

Deste modo, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão dos embargos de declaração, devendo os autos retornar para que o Tribunal supra a omissão destacada, ficando prejudicada, por ora, a análise das demais questões trazidas no recurso especial.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso especial, determinando a devolução dos autos ao Tribunal para que realize novo julgamento dos embargos de declaração, manifestando-se expressamente sobre a omissão supramencionada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator